

Maria do Céu Fonseca

Universidade de Évora

Os monemas funcionais em gramáticas e obras afins
do século XVII - algumas considerações

1 Um dos problemas fundamentais da comunicação linguística, diz André Martinet, consiste em indicar no enunciado as relações que existem entre os diferentes elementos da experiência humana (1978: 180). Sabe-se que esta experiência é, por natureza, global ou 'multidimensional', enquanto a sua articulação linguística manifesta-se sob a forma de uma estrutura hierarquizada de funções, marcadas por meio de processos a que todas as línguas, em maior ou menor grau, recorrem, a saber, a posição relativa das unidades no enunciado (*relativa ao predicado*), a autonomia de certas unidades, a especialização de monemas na indicação das funções, chamados monemas funcionais. Diga-se, entre parêntesis, que, no português, a dependência posicional é relativamente excepcional e a autonomia é frequentemente tributária dos monemas funcionais. Quanto a estes, de que agora nos ocupamos, os teóricos do funcionalismo linguístico atribuem-lhe uma acção centrífuga na ligação de unidades cuja relação é de implicação unilateral. Ao atribuir a estas unidades (monemas e sintemas) uma acção centrífuga, percebemos a dupla função ou melhor, as funções concomitantes que desempenham num enunciado: estabelecem a relação hierárquica de subordinação entre um determinado e um determinante, e assim marcam a função dos elementos que acompanham.

2. Quais são as unidades a que se atribuem estas funções correlativas? Faz parte da tradição gramatical agrupar as preposições e as conjunções, incluindo as respectivas locuções, em duas classes sintácticas diferentes, segundo um princípio distribucional ('as primeiras relacionam termos de uma oração'; 'as segundas, nomeadamente as conjunções subordinativas, ligam orações'), que evidencia diferenças formais, mas esconde o parentesco sintáctico das unidades. Também não é recorrendo aos critérios invocados por Otto Jespersen para definir as *partículas* (1992: 106), que se fazem aparecer analogias de funcionamento dos dois paradigmas. Informações acerca da natureza inflexiva destas palavras e acerca da sua oposição a monemas lexicais pelo facto de constituírem inventários fechados ou semi-abertos, segundo Frédéric François (1983: 6), têm de ser consideradas, para efeitos de definição de classes, sintacticamente não pertinentes. Se, do ponto de vista do funcionamento da língua, o critério primeiro e último de análise deve ser o da função sintáctica, a classificação destas unidades assenta, primeiramente, na consideração das funções e não das formas ou das estruturas. Considerando, pois, as funções, poderia começar-se por definir estas unidades por oposição a tudo aquilo que *elas não são*, concebendo-as negativamente em relação às conjunções coordenativas, que nunca atribuem função ao segmento coordenado. Georges Mounin cauciona esta maneira de ver, alertando, no entanto, para o facto de conjunções como *porque* ou *embora* (e algumas preposições, acrescentem-se) poderem funcionar como conjunções coordenativas: "Le coordonnant indique (mais ce n'est pas sa fonction syntaxique: il *indique* = c'est un indice) que les deux segments ont la même fonction" (1974: 206). Quer dizer, a um traço formal como a ausência de coordenação cabe o

mesmo desempenho sintáctico que se atribui às preposições e às conjunções subordinativas, isto é, marcar funções sintácticas.

Podemos, agora, precisar a natureza desta relação, de modo a verificar que a *função* é decisiva para aduzir a homogeneidade da classe dos monemas funcionais. Uma descrição sumária do funcionamento destes monemas mostra que a sua classificação e agrupamento não são tarefas difíceis. É essa mesma a opinião de A. Martinet quando afirma que, como elementos de ligação, facilmente se identificam num enunciado pela presença obrigatória de dois segmentos (1985: 166), um antecedente e um conseqüente, ou uma constante e uma variável (Hjelmslev, 1984: 51), sendo um condicionado pelo outro. A terminologia hjelmsleviana tem a vantagem de evidenciar a independência de um elemento face ao carácter de não-marginalidade atribuído ao segmento subordinado, que pode adquirir a forma de sintagma autónomo (*Viajou com os pais*) ou de sintagma predicativo (*Viajou quando chegaram as férias*). Independentemente das diferenças formais dos segmentos subordinados, diferenças que, aliás, nem sempre existem, já que a preposição rege também sintagmas predicativos (Cf. Maria Francisca Xavier, 1989), eles são assinaláveis como expansões por subordinação através de meios linguísticos idênticos: autonomizados, num caso, pela preposição *com*, no outro, pela conjunção *quando*, às quais se ficam a dever funções que não pré-existiam, nomeadamente os valores comitativo (em *com os pais*) e temporal (em *quando chegaram as férias*). Contra esta interpretação, que atribui às preposições e conjunções subordinativas o mesmo estatuto paradigmático, poderiam ainda invocar-se as diferenças sintácticas entre aquilo a que a tradição chama *complementos* e as expansões de forma predicativa, as orações subordinadas. Deve-se, no entanto, atentar no facto de um núcleo poder receber expansões muito diversificadas em estrutura, mas com a mesma

função de determinantes, que, consoante a natureza, implicarão uma relação, ora entre monemas, de um monema verbal para outro nominal, no caso de uma expansão do predicado, ora entre proposições, caso em que a relação está representada pelos respectivos núcleos predicativos

O carácter necessário da relação, marcada funcionalmente, entre dois segmentos, faz entrar no paradigma dos indicadores de função outros monemas - as desinências casuais e os pronomes relativos -, que se agrupam pelo facto de apresentarem variantes morfológicas, além de realizações sintácticas particulares. Deixando de lado os afixos casuais, notar-se-á que, nas orações relativas, enquanto estruturas de adjunção (configuração que Ana Maria Barros de Brito apresenta como a mais adequada para a generalidade destas construções, 1991: 88), os funcionais relativos relacionam um antecedente de tipo nominal com um determinante proposicional e entram, portanto, no quadro das expansões de um núcleo nominal.

3. Caracterizados sumariamente os indicadores de função, tentar-se-á, de seguida, analisar a sua identidade funcional no quadro normativo de textos gramaticais portugueses do século XVII¹.

Sabe-se que, no campo da bibliografia gramatical de Seiscentos, o terreno apresenta-se bastante ermado. Até que a gramaticografia portuguesa retome o fulgor quinhentista vários anos hão-de passar sobre o Séc. XVII, mais virado para o ensino da ortografia (Cf. Telmo Verdelho, 1988: 202, n. 40), mesmo que alguns desses tratados dediquem, "nã cõ tanta miudeza, como soem fazer os Gramaticos", alerta João Franco Barreto (1671: 31), oito ou nove capítulos às consagradas *partes do discurso*.

¹Agradece-se à Dra. Filomena Gonçalves a ajuda no recenseamento destes textos

Assim é na *Ortografia da lingua Portugueza* (1671), de João Franco Barreto, porém não sem alguma contestação do Autor. No Capítulo X, *Das preposições*, em jeito de denúncia, regista o seguinte. "Nossos Ortografos querem que sejam as mesmas de que usam os Latinos; a saber, *a, ab, abs* (), mas eu o julgo por cousa impertinẽte, e desnecessaria, porque nã cõpomos verbos, mas já os tomamos cõpostos da Lingua Latina" E, logo a seguir, volta a contestar, por inadequado ao português, o papel da preposição na regência dos casos. "digo que são umas palavras, que acerca dos Latinos levam os nomes, a que se ajuntam o acusativo, ou ablativo, como são, *a, de* (), mãs como nós nã temos esses casos, de que serve nomearmos as preposições" (Id., ib.: 57). Em relação à primeira afirmação do A., registe-se que a referência à preposição na sua função de 'prefixo' para a composição lexical, é frequente em muitos dos textos consultados (Vd., por exemplo, Álvaro Ferreira de Vera, *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua Portugueza*, 1631, fl. 29v, António Franco, *Promptuario da Syntaxe*, 1709¹, pp. 517 e ss.) Quanto à segunda afirmação, a questão colocada deixa perceber que fazer depender do sistema das declinações casuais a definição das preposições não é importante quando a noção de caso está subordinada à de função sintáctica. No decurso de um processo, já evidenciado pelos construtores da gramática vulgar, em que a declinação casual passa a ser adaptada à função sintáctica, pode esperar-se que as preposições comecem a ser consideradas no seu papel de indicadores de função, uma vez substituída a desinência casual pelo sintagma *preposição + nome*. A avaliar pelas palavras do Pe. Luís Figueira², autor de uma *Arte de Grammatica da Língua Brasilica*, publicada em 1687, esta substituição estava já definitivamente assumida como

¹Todas as citações serão feitas sobre esta 3ª ed. Off. Valentim da Costa Deslandes, Lisboa, 1709; 1ª ed. Off. de Miguel Deslandes, Lisboa, 1699.

²O trabalho deste A. insere-se na linha de acção desenvolvida pelo Pe. José de Anchieta: "& se deve ao P. Luis Figueira muito agradecimento, por facilitar com seu trabalho, o muito, que os que aprendem esta lingua Brasilica costumão ter: não obstante a arte do P. Joseph Anchieta, que por ser o primeiro parto ficou muy diminuta & confusa, como todos experimentamos" (1687 *Aprovaçam*)

formalização sintáctica. Diz o A., recorrendo ao português para fixar categorias gramaticais do "commum fallar dos Indios do Brasil", que "Assim como na lingua Portuguesa em lugar de casos ajuntamos alguãs preposiçoens aos nomes, v. g. Pedro, De Pedro, A Pedro, Pera Pedro, Com Pedro, etc. Assi tambem nesta lingua qualquer nome sustantivo he governado, e varia com preposiçoens" (1687: 5). Não se trata já do regime flexional da palavra, mas de definição de uma categoria revelada pela análise sintagmática.

É isso mesmo que sobressai das poucas linhas que Amaro de Roboredo dedica ao assunto em *Porta de Linguas* (1623)¹. De facto, quando o A. refere a existência de preposições portuguesas de genitivo e dativo, desconhecidas em latim, e com isso justifica o facto de cada lingua se distinguir "pelo diverso sitio das palavras, e pelo numero de particulas" (1623: 24), por um lado, parece estar a ser privilegiada a noção de função sintáctica face à de caso e, por outro, evidenciado o papel da preposição e da ordem das palavras na indicação dessas funções. Já antes o A. tinha desenvolvido este conceito. Em 1619, é publicado o *Methodo grammatical para todas as lingoas*, com informações pormenorizadas acerca do uso das preposições, que aparece exemplificado na frase latina, ao longo da terceira parte deste método, consagrada a *Raizes da frase* (1619: 182). Partindo embora do exemplo latino da frase, várias são as páginas que Amaro de Roboredo dedica à exemplificação de preposições portuguesas (Cf. *id.*, *ib.* 206-216). Antes disso, vêm as definições. O Capítulo V, intitulado *Da composição Portuguesa, e Latina correspondentes, em que se encerra a syntaxe das outras artes* é, precisamente, um registo sintáctico ou melhor, sintáctico-semântico do funcionamento destas unidades, feito no quadro da descrição dos fenómenos de *Concordia* e de *Regencia* (1619: 47). Entre as regras da *Concordia*

¹Sobre a autoria deste texto paralexico-gráfico. Cf. Telmo Verdelho (1988: 766, n. 94).

encontra-se a concordância do pronome relativo com o antecedente, pronome cujo uso, mais adiante, é especificado (Id., ib.: 51), na regência, são consideradas principais as construções com *de* e *a*. Acerca da primeira, Amaro de Roboredo afirma que "De, rege Genitivo quando per ordem direita vai entre dous Sustantivos, e o primeiro se une com o segundo e fica possuidor do primeiro" (Id., ib.), donde, a fazer-se uma interpretação literal, se vê claramente o efeito de posse marcado por *de* em contextos como *o filho da Ana*, *os pobres da cidade*. Mais genericamente, aduzem-se duas noções fundamentais, atrás consideradas na definição dos monemas funcionais: a preposição relaciona dois segmentos da frase e serve de elo subordinativo do segmento que rege. Quanto à indicação da função, pode ler-se, logo a seguir, uma advertência: "Entre as preposições, que regem Ablativo, ha estas [Cõ, De, Em] mui repetidas na pratica Portuguesa, na qual sempre se declara Com antes do instrumento" (Id., ib.: 51). O *instrumento* é, assim, a função marcada pela preposição *com*, que se distingue dos significados de, citando o A., "posse", "separação", "cõposição" de *de*, ou dos significados de "aquisição", "movimento", "separação" de *a* (Cf. id., ib.: 47). Atribuir significado a uma preposição quer dizer reconhecer o seu papel de indicador de função, e admitir vários significados para uma preposição é o mesmo que situá-la no quadro de uma economia paradigmática, que explica as suas diversas possibilidades de emprego e a homonímia de funções. Assim, com o A., dir-se-á que a preposição *a* rege, por exemplo, complementos com função "dativo" em *Telefonou à irmã*, com função "ablativo" em *Chegou ao escritório* ou, noutra formulação, que o mesmo elemento de relação permite exprimir diferentes aspectos da experiência humana. Por outro lado, se o valor de *a* se distingue do valor de *de*, é porque os dois elementos entram num sistema de oposições que, graças à operação da comutação, permite evidenciar as diferenças pertinentes do ponto de vista funcional. A título de

exemplo, veja-se que, no enunciado *Chegou ao escritório*, a comutação de *a* por *de* (*Chegou do escritório*) provoca uma mudança manifesta de conteúdo, ainda que se admitam contextos onde a pertinência desta oposição significativa é neutralizada

Mas nem todos os estudos apresentam, com tanta clareza, informações semelhantes às que aparecem no *Methodo*. Em comparação com esta obra, que data do início do século, o *Promptuario da Syntaxe*, do Pe. António Franco, publicado em 1699 e sucessivamente reeditado até 1750, é bastante mais omisso em dados sobre o assunto e não acrescenta nada de novo. Repete-se, de modo sumário, a lista das preposições e respectivos casos, o emprego adverbial de certas preposições (por exemplo, *Manifestou-se contra*) é igualmente descrito como "preposição sem caso expresso"; a referência ao pronome relativo restringe-se ainda ao fenómeno da concordância com o seu antecedente. Do ponto de vista da formulação gramatical, parece ser esta uma obra de síntese, a que o próprio A. chama "opusculo" (Id., ib., 485) e acrescenta, numa segunda parte, entre informações variadas, considerações acerca dos "Autores da Latindade", do modo "como se ha de virgular", de algumas "cousas mais singulares da Orthografia"

Devem-se também a Amaro de Roboredo as informações mais completas que se encontraram a respeito da conjunção, embora todas as definições coincidam no essencial, vale dizer, 'atar e ajuntar palavras e orações' (1619: 70). São gerais as referências à natureza inflexiva da conjunção e ao seu carácter simples ou composto. Pelo contrário, não se encontraram indícios de que as conjunções, por via de comportamentos sintácticos específicos, devam ser subdivididas em coordenativas e subordinativas. Um pouco à imagem do que João de Barros apresentou a este respeito (1957: 46), as definições ou são omissas, ou insuficientes para permitirem inferir qualquer tipo de sistematização, como se verifica na *Orthografia da lingua Portuguesa* (João

Franco Barreto, 16671) Começa o seu A. por afirmar que "Alguns querem que aquillo, que ouver à conjunçã de atar, seja da mesma calidade, como verbo cõ verbo, nome cõ nome", para, logo a seguir, sem identificar nem classificar as conjunções, concluir que "o officio da conjunçã he ajuntar sentença à sentença, & nã semelhantes casos, ou nomes" (lb., id.: 59).

Amaro de Roboredo fornece mais alguns dados. Em *Porta de Linguas*, alude à posição das conjunções na frase - "se se antepõe a outra voz, ou se se pospõe; ou se se pode antepor, e pospor" (1623: 27) -, introduzindo, assim, uma distinção entre elas, já adiantada no *Methodo* pela respectiva enumeração e classificação. Conjunções e locuções conjuntivas são, conforme a significação, repartidas pelos seguintes grupos: "copulativas", "adversativas", "comparativas", "copulativas condicionaes e disjuntivas", "racionaes conclusivas" e, por último, "racionaes causaes" (1619: 197-198).

Embora o estudo destas unidades não possa dar-se por definitivo, parece legítimo concluir que, ao contrário do que se verifica com a preposição, os monemas subordinativos, uma vez aparentados sintacticamente às conjunções coordenativas, não são ainda considerados no seu papel de indicadores de função, de meios através dos quais se realizam relações de regência e se asseguram funções sintácticas.

Referências bibliográficas

- Auroux, Sylvain (1989) *Histoire des idées linguistiques*, Ed. Pierre Mardaga, Tome 1, Bruxelles.
- Barreto, João Franco (1671) *Ortografia da lingua Portugueza*, Na Officina de João da Costa, Lisboa.

- Barros, João (1957) *Gramática da Língua Portuguesa*, 3ª ed., Org por José Pedro Machado, Lisboa, 1ª ed., Luis Rodrigues, Lisboa, 1540
- Berthonneau, A. M. & Cadiot, P. (Orgs) (1993) *Les prépositions: méthodes d'analyse*, Presses Universitaires de Lille
- Brito, Ana Maria Barros de (1991) *A Sintaxe das Orações Relativas em Português*, INIC, Porto
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (1984) *Babel ou a ruptura do signo. A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*, INCM, Lisboa
- Cervoni, Jean (1991), *La préposition. Étude sémantique et pragmatique*, Ed. Duculot, Paris
- Figueira, Luis (1687) *Arte de Grammatica da Língua Brasilica*, Na Oficina de Miguel Deslandes, Lisboa.
- Franco, António (1709) *Promptuario da Syntaxe, dividido em duas partes*, Off Valentim da Costa Deslandes, 3ªed, Lisboa, 1ª ed, Off de Miguel Deslandes, Lisboa, 1699
- François, Frédéric (1983) "Plurivocité du concept de phrase", in *Journée d'études*, 6, 20 Octobre, Centre de Recherche Linguistique, Sorbonne
- Hjelmslev, Louis (1984) *Prolegomènes à une théorie du langage*, Ed. de Minuit, Paris.
- Jespersen, Otto (1992) *La Philosophie de la Grammaire*, Gallimard, Paris [trad de *The Philosophy of Grammar*, George Allen & Unwin Ltd, Londres, 1924]
- López, Maria Luisa (1972) *Problemas y métodos en el análisis de preposiciones*, Ed. Gredos, Madrid.

Martinet, André (1978) *Estudios de Sintaxis Funcional*, Ed. Gredos Madrid [trad. de *Studies in Functional Syntax*, Wilhelm Fink Verlag, München, 1975].

----- (1985) *Syntaxe Générale*, Armand Colin, Paris.

Mounin, Georges (1974) "Le problème des critères d'analyse dans la description linguistique fonctionnelle: la coordination" in *De la théorie linguistique à l'enseignement de la langue*, Org. Jeanne Martinet, PUF, Paris.

Roboredo, Amaro (1619) *Methodo grammatical para todas as lingoas*, Pedro Craesbeeck, Lisboa.

----- (1623) *Porta de Linguas ou modo muito acomodado para as entender, publicado primeiro com a tradução Espanhola. Agora acrescentada a Portuguesa com numerosas interlineaes...* Of. de Pedro Craesbeeck, Lisboa.

Serbat, Guy (1981) *Cas et fonctions*, PUF, Paris.

Vera, Álvaro Ferreira de (1631) *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua Portuguesa. Com hum tratado de memoria artificial, outro da muita semelhança, que tem a lingua Portuguesa com a Latina*, Mathias Rodrigues, Lisboa.

Verdelho, Telmo (1988) *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesa*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Aveiro

Xavier, Maria Francisca (1989) *Argumentos Preposicionados em Construções Verbais. Um Estudo Contrastivo das Preposições a, de, e to from*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.